

O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000

Brasília-DF | fevereiro 2004

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL | Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL | F. Secchin

EDITOR EXECUTIVO | Jair Santana Moraes

REVISÃO | Eveline de Assis | Rosa dos Anjos Oliveira

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA | Regina Helena Azevedo de Mello

PROJETO GRÁFICO/CAPA/DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL | Marcos Hartwich

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

José Marcelino de Rezende Pinto

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira Brant

Vanessa Néspoli de Oliveira

Carolina Pingret de Sousa

João Vicente Pereira

James Richard Silva Santos

TIRAGEM | 1.000 exemplares

Endereço | Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1, 4º Andar, Sala 418

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042

Fax: (61) 2104-9441

editoria@inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil – 1990-2000 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : Inep, 2004.
38 p.

1. Qualidade da educação. 2. Indicadores educacionais. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

CDU 37.014(81)

Sumário

Apresentação	5
1. Analfabetismo	9
2. Acesso e participação	13
3. Condições de oferta	17
4. Indicadores de permanência e progressão	21
5. Resultados dos alunos nos exames padronizados	25
6. Escolaridade média da população	27
7. Financiamento da educação	31
8. Desafios para uma educação de qualidade	35
8.1. Metas de maior impacto do Plano Nacional de Educação (a contar de 2001)	35
8.2. Programas do Ministério da Educação estabelecidos no Plano Plurianual 2004-2007	37

Apresentação

Quando se discute o conceito de Educação para Todos no Brasil, um marco central foi a aprovação da Constituição Federal de 1998, e representa um grande avanço nos direitos do povo brasileiro à educação. Assim é que, a Carta Magna, além de assegurar o ensino fundamental obrigatório de oito anos, determina a progressiva universalização do ensino médio e transforma a educação infantil para a crianças de zero a seis anos em direito dos pais e dever do Estado. O efeito desses direitos assegurados na Constituição Federal foi um grande aumento das matrículas na rede pública de ensino que, de 1988 a 2002, cresceram 59% na pré-escola, 36,5% no ensino fundamental, 232% no ensino médio, e 82% no ensino superior, além dos cerca de 720 mil alunos matriculados em creches públicas no País e que nem eram contabilizados em 1988, uma vez que as creches não estavam incluídas no setor educacional.

Contudo, se houve um grande avanço na ampliação da oferta educacional pública nos diferentes níveis de ensino, muito há ainda que se caminhar, tanto no que se refere às necessidades de ampliação quantitativa do atendimento (em especial na educação infantil, no ensino médio e na educação superior), como numa melhora qualitativa dos serviços oferecidos pelos sistemas de ensino. E, aqui, o grande

desafio, como veremos, é ampliar o patamar dos recursos disponíveis para o financiamento da educação que hoje já são insuficientes para assegurar um bom atendimento aos alunos já matriculados, sem falar no atendimento das novas metas definidas pelo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001.

Este trabalho foi elaborado para avaliar os avanços do Brasil na área educacional como subsídio para a participação brasileira na 5ª Reunião Ministerial de Revisão do Programa Educação para Todos, a ser realizada na cidade do Cairo, Egito, entre os dias 19 e 21 de dezembro de 2003.

Por se tratar de um relatório-síntese, optou-se por uma visão panorâmica da situação da educação no País, sem deixar, contudo, de apontar os principais desafios do atual governo e dos próximos para fazer valer um direito fundamental consignado na Constituição Federal, que é o de uma educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de raça, gênero, credo ou renda.¹

O trabalho começa por abordar o analfabetismo no Brasil, sua evolução recente e as constatações de que este é um problema que se confunde com a própria construção da sociedade brasileira e que reflete, de forma contundente, as profundas desigualdades no Brasil.²

O segundo tópico abordado diz respeito ao acesso e à participação da população brasileira no sistema educacional de ensino. Aqui pode-se constatar os avanços mais visíveis na educação nacional. Demonstra-se que, apesar de expressivos, esses avanços são absolutamente insuficientes para que o País atinja o nível de desenvolvimento educacional compatível com suas potencialidades.

Em seguida, são abordadas questões sobre o processo educacional brasileiro em que é patente a necessidade de melhorar a qualidade dos sistemas de ensino para assegurar a permanência e progressão dos alunos. Apesar de experimentarmos avanços, eles ainda são tímidos em face dos altos índices de repetência, altas taxas de distorção idade-série, infra-estrutura escolar precária, etc.

A partir dessas constatações, é fácil perceber porque os alunos brasileiros apresentam rendimento tão insuficiente. Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica³ demonstram que a maioria dos alunos no Brasil tem desempenho abaixo do adequado, confirmando o fraco desempenho do Brasil em avaliações comparadas internacionais.⁴

¹ Para uma visão mais ampla do sistema educacional brasileiro, consulte as publicações do Inep: Educação no Brasil na Década de 90 e Geografia da Educação Brasileira.

² Na publicação Mapa do Analfabetismo no Brasil, o Inep aborda o tema de forma mais aprofundada.

³ Para mais informações sobre o Saeb, consulte Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental.

⁴ Para mais informações sobre o a participação brasileira no Pisa, consulte a publicação do Inep: Pisa: Relatório Nacional.

Na seqüência, a constatação inevitável de que a população brasileira, apesar de passar mais de 8 anos na escola, não consegue ter uma escolaridade média sequer compatível com a escolaridade obrigatória, isto é, de pelo menos 8 anos.

Aspectos gerais referentes ao financiamento público da educação no Brasil são apresentados a seguir, indicando os valores aplicados em educação e os maiores desafios para o setor.

Para finalizar o documento, são apresentadas as principais metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, assim como a metas do MEC presentes no seu Plano Plurianual (PPA), confirmando o compromisso do Brasil em reverter o quadro de ineficiência e promover o avanço educacional que a sociedade brasileira tanto espera.

1. Analfabetismo

O panorama educacional brasileiro, apesar de ter apresentado significativa melhoria na última década, com o declínio das taxas de analfabetismo, expressivo aumento no número de matrículas em todos os níveis de ensino e reflexos positivos no nível de escolaridade média da população, não prescinde de uma análise crítica sobre os desafios educacionais que o País ainda precisa vencer para superar o déficit histórico acumulado nessa área.

A abolição do analfabetismo é, obviamente, o primeiro degrau a ser alcançado para a construção de um sistema educacional integrador e indutor do desenvolvimento social e econômico. Os resultados do Índice do Desenvolvimento Humano mostraram que o Brasil, apesar de estar melhorando sua posição internacional, chegando a alcançar, em 2000, o 73º lugar, ainda detém uma das mais elevadas taxas de analfabetismo, com 13,6% da sua população de mais de 14 anos nessa condição, representando, em termos absolutos, um expressivo contingente de 16,3 milhões de pessoas. Essa situação torna-se ainda mais desconfortável quando comparada com países que apresentam menores potencialidades de desenvolvimento.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano e taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais – 2000

País	IDH		Taxa de analfabetismo (%)
	Valor	Posição	
Noruega	0,942	1 ^o	0,0
Austrália	0,939	5 ^o	0,0
Áustria	0,926	15 ^o	0,0
Espanha	0,913	21 ^o	0,0
Portugal	0,880	28 ^o	7,8
Argentina	0,844	34 ^o	3,2
Chile	0,831	38 ^o	4,2
Costa Rica	0,820	43 ^o	4,4
Trinidad e Tobago	0,805	50 ^o	1,7
México	0,796	54 ^o	8,8
Colômbia	0,772	68 ^o	8,4
Brasil	0,757	73 ^o	13,6
Peru	0,747	82 ^o	10,1
Equador	0,732	93 ^o	8,4
Cabo Verde	0,715	100 ^o	26,2

Fonte: Prud e Unesco.

No entanto, é necessário observar que tem havido declínio desses índices e que, na década de 90, a taxa de analfabetismo registrou uma redução média anual de 4,2% e uma tendência positiva de decréscimo do número absoluto de pessoas analfabetas no grupo etário superior a 14 anos, fato inédito desde 1920.

Tabela 2 – População total e analfabeta na faixa etária de 15 anos e mais – Brasil – 1991-2000

Ano	Total	Analfabetos	Taxa de analfabetismo (%)
1991	95.837	19.233	20,1
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 e 2000.

As conquistas do sistema educacional brasileiro mostram, com clareza, significativa redução do analfabetismo na população adulta jovem, atingindo índices inferiores a dois dígitos para a população com menos de 29 anos. Por outro lado, na população com mais de 50 anos, o contingente populacional mais difícil de ser atingido pelos programas governamentais de combate ao analfabetismo, a taxa encontra-se no patamar de 29,4%.

As características culturais do Brasil não definem o analfabetismo como fator discriminatório entre homens e mulheres. A situação de analfabetismo para ambos os sexos, apesar de igualmente preocupante, diverge em apenas 0,3 % a favor das mulheres.

Por outro lado, o País registra um forte viés regional, que reflete e reproduz as desigualdades socioeconômicas de sua população. Para ilustrar esse quadro, os índices de analfabetismo da população residente na zona rural é três vezes a registrada na zona urbana, numa relação que perdura desde o início da década de 90.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais – Brasil – 1991-2000

Variável	Ano	
	1991	2000
Faixa Etária		
15 anos e mais	20,1	13,6
15 a 19 anos	12,1	5,0
20 a 24 anos	12,2	6,7
25 a 29 anos	12,7	8,0
30 a 39 anos	15,3	10,2
40 a 49 anos	23,8	13,9
50 anos ou mais	38,3	29,4
Gênero		
Homem	19,8	13,8
Mulher	20,3	13,5
Localização		
Urbano	14,2	10,2
Rural	40,5	29,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 a 2000.

O quadro das desigualdades também pode ser observado na análise desse fenômeno por cor ou raça. Apesar da característica mestiça da população brasileira, a taxa de analfabetismo na população afro-brasileira corresponde a mais que o dobro da observada entre os brancos, encontrando-se intimamente relacionada com nível socioeconômico dessas populações.

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais – Brasil – 1992-2001

Cor/Raça	Ano	
	1992	2001
Branca	10,6	8,3
Preta	28,68	21,0
Parda	25,23	19,6

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2001.
Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Numa ordem mundial onde a escolaridade faz parte do rol de pré-requisitos básicos para a conquista da cidadania e para o acesso ao mercado de trabalho, fica evidente que os mais elevados índices de analfabetismo se encontram entre aqueles com os mais baixos rendimentos. Enquanto a taxa de analfabetismo na população com rendimento superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, entre aqueles que recebem menos de um salário mínimo esse índice é de 28,8%.

Tabela 5 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais – Brasil – 1996-2001

Rendimento	Ano	
	1996	2001
Até 1 salário mínimo	34,9	28,8
Mais de 1 salário mínimo até 3	26,6	19,7
Mais de 3 salários mínimos até 5	14,8	9,7
Mais de 5 salários mínimos até 10	7,4	4,7
Mais de 10 salários mínimos	2,4	1,4

Fonte: IBGE – PNAD 1996 e 2001.
Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

2. Acesso e participação

O Brasil tem desenvolvido grande esforço de inclusão educacional nos últimos anos. Os resultados podem ser observados por meio das taxas de frequência à escola e no crescente aumento da matrícula em todos os níveis de ensino. O acesso à escola é o passo inicial para o combate ao analfabetismo. Se, por um lado, o acesso educacional, sobretudo na população de 7 a 14 anos, atingiu níveis satisfatórios, comparáveis àqueles de países desenvolvidos, por outro, é fundamental a permanência das crianças na escola. Não é apenas o atendimento dessa faixa etária que tem aumentado significativamente, mas também no grupo de 15 a 17 anos. Neste caso, 81,1% dos jovens estavam freqüentando a escola em 2001.

Tabela 6 – Taxa de frequência à escola – Brasil – 1996-2001

Ano	Taxa de frequência à escola				
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
1996	...	55,4	90,2	68,8	25,8
2001	10,6	65,6	96,5	81,1	34,0

Fonte: IBGE – Contagem da População 1996 e Prad – 2001.

Nota: Em 2001: exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Na educação infantil, as políticas públicas no Brasil precisam avançar para garantir o acesso à rede pública de ensino aos que assim o desejarem, como assegura a legislação. Esse é um preceito estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e exigirá ações coordenadas entre as três esferas de governo.

O ensino médio é o nível de ensino que mais cresceu nos últimos dez anos, reflexo da melhoria dos indicadores de fluxo escolar, ou seja, mais alunos estão concluindo o ensino fundamental. Para se ter uma idéia desse movimento, basta observar que, enquanto o número de alunos no primeiro ciclo desse nível de ensino cresceu apenas 4,3% em uma década, no segundo ciclo, o crescimento foi de 57,9%. Daí o expressivo aumento de demanda no ensino médio.

Do mesmo modo, o ensino superior cresceu bastante nos últimos anos, sobretudo por meio da rede privada de ensino que hoje responde por cerca de 70% das matrículas de graduação. Contudo, apesar desse crescimento, a taxa de atendimento do País ainda é uma das mais baixas da América Latina (12% da população de 18 a 24 anos). Como a capacidade de atendimento do setor privado atingiu o seu limite, com um grande número de vagas não-preenchidas, a saída deve ser pela via do crescimento do sistema público de ensino, que também é o que apresenta os melhores indicadores de qualidade.

A oferta de educação especializada aos portadores de necessidades especiais no Brasil vem melhorando progressivamente, hoje já são mais de 300 mil alunos atendidos. Contudo, o predomínio da rede privada, por meio de instituições filantrópicas, tem sido muito significativo, ou seja, 56,1% dos alunos estudam nessas escolas.

A inclusão de alunos especiais em classes comuns passou a fazer parte do cotidiano de muitas escolas no Brasil, e hoje já são mais de 30 mil alunos integrados às classes comuns.

Tabela 7 – Matrícula inicial por nível/modalidade de ensino – Brasil – 1991-2000

Nível/Modalidade de ensino	1991	2000	Crescimento (%)
Infantil	3.628.285	5.338.196	47,1
Creche	...	916.864	...
Pré-escola	3.628.285	4.421.332	21,9
Classe de alfabetização	1.655.609	674.044	-59,3
Ensino fundamental	29.203.724	35.717.948	22,3
1ª a 4ª série	19.383.721	20.211.506	4,3
5ª a 8ª série	9.820.003	15.506.442	57,9
Ensino médio	3.772.698	8.192.948	117,2
Educação especial	...	300.520	...
Educação de jovens e adultos	...	3.410.830	...
Educação superior	1.565.056	2.694.245	72,2

Fonte: MEC/Inep.

Notas: A matrícula da educação especial refere-se ao número de alunos portadores de necessidades especiais que recebem atendimento especializado em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escola regular.

Em 2000, nove IES não responderam ao Censo da Educação Superior.

Em 1991, a informação de matrícula de 1ª a 4ª série inclui matrícula não-seriada.

3. Condições de oferta

Outro grande desafio do sistema educacional brasileiro está na promoção da melhoria do perfil de escolaridade do professor, peça fundamental do processo ensino-aprendizagem. Com um quadro nacional de mais de 2,5 milhões de professores atuando na educação básica e superior, o País ainda não dispõe de professores habilitados em nível superior em número suficiente para preencher as funções ocupadas por profissionais do magistério que não possuem esse grau de formação. O esforço para reverter esse quadro insere-se na atual política governamental de valorização do magistério, que passa, necessariamente, pela melhoria salarial e pelo resgate do prestígio social da profissão.⁵

Na última década, em todos os níveis e modalidades de ensino, o percentual de docentes com formação superior vem aumentando, numa trajetória positiva, mas ainda insuficiente para a solução definitiva da questão em curto prazo. No ensino fundamental, menos de 50% das funções docentes são exercidas por profissionais com escolaridade superior.

⁵ Na publicação Estatísticas dos professores no Brasil, o Inep aborda com profundidade os principais indicadores sobre a atuação dos professores em todos os níveis e modalidades de ensino.

Tabela 8 – Taxa de funções docentes com formação superior por nível/modalidade de ensino – Brasil – 1991-2000

Nível/Modalidade de ensino	Ano		
	1991	1996	2000
Pré-escola	17,1	18,2	23,1
Ensino fundamental	41,0	43,8	48,3
Ensino médio	83,5	86,4	88,5
Educação especial	...	43,4	46,4
Educação de jovens e adultos	...	61,1	67,5

Fonte: MEC/Inep.
Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Para a educação superior, a política e o estímulo visaram à conclusão de cursos de mestrado e doutorado. O quadro de docentes que, em 1991, detinha apenas 35% dos professores da educação superior com essa escolarização, em 2000, alcançou um contingente correspondente a 52%.

Tabela 9 – Educação superior – Taxa de funções docentes por grau de formação – Brasil – 1991-2000

Grau de formação	Ano	
	1991 ⁽¹⁾	2000 ⁽²⁾
Brasil	100,0	100,0
Sem graduação	0,1	0,1
Graduação	31,8	15,8
Especialização	32,9	32,1
Mestrado	21,8	31,4
Doutorado	13,3	20,6

Fonte: MEC/Inep.
Nota: O mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições.
(1) – Somente docentes em exercício.
(2) – Número total de docentes (em exercício e afastados).

A melhoria das condições de oferta do sistema educacional exige, além da adequada escolarização do corpo docente, investimentos na infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino.

No ensino fundamental, com 63% do alunado brasileiro, apesar da melhoria ocorrida nas condições de infra-estrutura, 6% dos alunos ainda estudam em escolas sem abastecimento de energia elétrica; 4% sem esgoto sanitário e 1% sem abastecimento de água.⁶

Tabela 10 – Ensino fundamental regular – Matrícula e porcentual de alunos atendidos em escolas com abastecimento de água, energia elétrica, quadra de esporte e laboratório de ciências – Brasil – 1997-2000

Ano	Matrícula inicial do ensino fundamental regular											
	Total	Abastecimento de água		Abastecimento de energia elétrica		Quadra de esporte		Esgoto sanitário		Secretaria ou diretoria		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
1997	34.229.388	33.151.949	96,9	31.661.283	92,5	17.458.887	51,0	32.277.652	94,3	30.262.831	88,4	
2000	35.717.948	35.241.576	98,7	33.727.855	94,4	18.204.873	51,0	34.434.883	96,4	32.003.786	89,6	

Fonte: MEC/Inep.

Quanto às condições de oferta relacionadas com recursos pedagógicos disponíveis, 58% do alunado do ensino fundamental frequenta escolas com biblioteca, 21% com laboratório de ciências, 22% com laboratório de informática. A TV Escola, política governamental que disponibiliza um canal de televisão aos educadores e alunos, está disponível para 54% dos alunos do ensino fundamental.

⁶ Caracterização Física das Escolas, publicação do Inep, mostra os principais indicadores do Censo Escolar sobre a infra-estrutura disponível nas escolas de educação básica no Brasil.

Tabela 11 – Ensino fundamental regular – Matrícula e porcentual de alunos atendidos em escolas com biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, Internet e TV Escola – 1997-2000

Ano	Matrícula inicial do ensino fundamental regular										
	Total	Biblioteca		Laboratório de ciências		Laboratório de informática		Internet		TV Escola	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Brasil											
1997	34.229.388	19.475.328	56,9	8.266.411	24,2	3.686.552	10,8	-	-	19.628.976	57,3
2000	35.717.948	20.862.982	58,4	7.342.142	20,6	7.973.748	22,3	6.704.784	18,8	19.355.006	54,2

Fonte: MEC/Inep

4. Indicadores de permanência e progressão

Numa primeira leitura, os indicadores até aqui apresentados dão uma boa impressão sobre o sistema educacional brasileiro. O que será abordado neste tópico, mostra que é preciso ter cuidado nesta avaliação, porque a educação no Brasil ainda se mostra bastante ineficiente tanto no sentido de produzir concluintes quanto no sentido da adequação da aprendizagem.

A repetência, que interrompe o fluxo escolar natural do aluno, tem sido apontada, em estudos e avaliações, como grave empecilho ao desenvolvimento educacional e causadora de queda na auto-estima dos estudantes. Embora tenha sido verificada uma redução dessa taxa, em 2000 cerca de um quinto dos alunos do ensino fundamental (21,7%) estavam matriculados na mesma série cursada no ano anterior.

Tabela 12 – Taxas de transição de fluxo escolar por nível de ensino – Brasil – 1991-2000

Nível de ensino/Taxas de transição	1991	2000
Ensino fundamental		
Promoção	60,4	73,4
Repetência	33,2	21,7
Evasão	6,4	4,9
Ensino médio		
Promoção	63,1	73,4
Repetência	30,7	18,6
Evasão	6,2	8,0

Fonte: MEC/Inep.
Nota: As taxas de 1991 foram calculadas por Ruben Klein – LNCC/CNPq.

Tabela 13 – Taxa de distorção idade-série e percentual de alunos do ensino fundamental de 1ª a 4ª Série – Brasil – 1991-2000

Indicadores	1991	2000
Taxa de distorção idade-série		
Ensino fundamental	64,1	41,7
Ensino médio	72,4	54,9
% de alunos do ensino fundamental de 1ª a 4ª série	65,1	56,6

Fonte: MEC/Inep.

Conseqüência das elevadas taxas de repetência na escola, a distorção idade-série é apontada como um dos principais problemas da educação brasileira.⁷ No ensino fundamental, em 2000, de cada 100 alunos matriculados, 42 não tinham idade adequada à série que cursavam. No ensino médio, esse índice era de 54,9%. As avaliações mostram que o estudante em atraso escolar (frequentando série não correspondente à sua idade) tem desempenho inferior aos alunos que estão em séries próprias à idade.

⁷ Para maiores detalhes sobre o assunto, consulte a publicação Sincronismo idade-série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro.

Tabela 14 – Indicadores de produtividade por nível de ensino – Brasil – 1991-2000

Nível de ensino/Indicadores de produtividade	1991	2000
Ensino fundamental		
Tempo médio esperado de permanência no sistema	9,0	8,5
Número médio esperado de séries concluídas	6,0	6,6
Tempo médio esperado de conclusão	11,9	10,2
Taxa esperada de conclusão	42,6	59,3
Ensino médio		
Tempo médio esperado de permanência no sistema	3,8	3,7
Número médio esperado de séries concluídas	2,7	2,6
Tempo médio esperado de conclusão	4,2	3,7
Taxa esperada de conclusão	76,9	74,0

Fonte: MEC/Inep

Embora lenta, observa-se uma redução significativa nas taxas de distorção idade-série. É sempre bom ressaltar que a distorção idade-série tem um forte componente inercial, fator que ajuda a explicar esse ritmo de queda.

A melhoria do fluxo escolar tem forte impacto nos indicadores de distorção idade-série. Em 1991, no ensino fundamental, 65,1% dos alunos estavam matriculados entre a 1ª e a 4ª série; já em 2000, esse percentual foi reduzido para 56,6%.

Uma das conseqüências da diminuição da repetência está no maior número de alunos que estão atingindo as séries superiores do ensino fundamental. A queda da matrícula total no ensino fundamental e, ao mesmo tempo, o crescimento do número de concluintes desse nível de ensino e da matrícula do ensino médio são, igualmente, um reflexo da redução desse índice. A conseqüência disso tem sido a melhoria do fluxo escolar com a permanência do aluno no sistema de ensino.

Os estudantes brasileiros estão atingindo níveis mais elevados de escolarização e aumentando o número de anos de estudo, sem que precisem passar um tempo maior do que o necessário para cumprir essas etapas educacionais. Mas esses valores ainda são elevados, já que o aluno do ensino fundamental gasta, em média, 8,5 anos para concluir 6,6 séries, devido às altas taxas de repetência.

O ideal é que todo aluno conclua o ensino fundamental em oito anos, e o médio em três. O elevado tempo de permanência, sem que isso resulte em igual número de séries concluídas, leva a gastos financeiros e pedagógicos, que poderiam ser redirecionados para a melhoria de outros aspectos do sistema educacional. Esse dado mostra que a qualidade da escola (ou a sua falta) tem um impacto direto na quantidade. Hoje, no Brasil, existem cerca de oito milhões de alunos a mais que a população de 7 a 14 anos.

Estima-se que, de cada grupo de 100 alunos que ingressaram na primeira série do ensino fundamental em 2000, 59 conseguirão concluir esse nível de escolarização. E eles levarão, em média, 10,2 anos para completar as oito séries.

Para aqueles que conseguiram chegar ao ensino médio, a expectativa de conclusão é maior. De cada 100 estudantes que ingressaram na primeira série desse nível de escolarização em 2000, estima-se que 74 conseguirão concluí-lo, gastando, em média, 3,7 anos.

Assim, o que se constata é que, inegavelmente, o País avançou muito no que se refere aos indicadores de permanência e progressão; há, contudo, ainda um longo caminho a percorrer para assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos aqueles que nele ingressaram e um caminho mais longo para se atingir a universalização do ensino médio.

5. Resultados dos alunos nos exames padronizados

Os resultados de proficiência extraídos dos testes aplicados no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), em 2001, foram a base para a construção de cinco categorias de desempenho: muito crítico, crítico, intermediário, adequado e avançado (vide notas das Tabelas 15 e 16).

A análise dos dados dos estudantes de 4ª série do ensino fundamental em Língua Portuguesa classificou 22,2% dos alunos com desempenho muito crítico em outros termos, estão na ponta negativa da escala de proficiência levada a cabo pelo Saeb, e isso significa dizer que tais estudantes não desenvolveram habilidades de leitura, não foram alfabetizados adequadamente. Em uma leitura rigorosa, pode-se afirmar que quase 59% dos alunos brasileiros da 4ª série do ensino fundamental têm profundas deficiências no quesito leitura, classificados em estágios muito crítico e crítico. Somente 5% dos alunos apresentaram desempenho esperado como o adequado para a série investigada.

Tabela 15 – Porcentual de alunos por estágio de proficiência – Língua portuguesa – 4ª Série do ensino fundamental – 2001

Unidade geográfica	Estágio				
	Muito crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	22,2	36,8	36,2	4,4	0,4

Fonte: MEC/Daeb.

Nota: *Muito crítico:* Não desenvolveram habilidades de leitura. Não foram alfabetizados adequadamente. Não conseguem responder aos itens da prova. Os alunos neste estágio não alcançaram o nível 1 da escala do Saeb.

Crítico: Não são leitores competentes, lêem de forma truncada, apenas frases simples. Os alunos neste estágio estão localizados nos níveis 1 e 2 da escala do Saeb.

Intermediário: Estão começando a desenvolver as habilidades de leitura, mas ainda aquém do nível exigido para a 4ª série. Os alunos neste estágio estão localizados nos níveis 3 e 4 da escala do Saeb.

Adequado: São leitores com nível de compreensão de textos adequados à 4ª série. Os alunos neste estágio estão localizados no nível 5 da escala do Saeb.

Avançado: São leitores com habilidades mais consolidadas, algumas com nível além do esperado para a 4ª série. Os alunos neste estágio estão localizados no nível 6 da escala do Saeb.

Para Matemática, a situação não é muito diferente: 52% dos estudantes apresentaram desempenho considerado crítico ou muito crítico. Por outro lado, pouco mais de 6% dos estudantes apresentaram o desempenho considerado adequado para a 4ª série.

Tabela 16 – Porcentual de alunos por estágio de proficiência – Matemática – 4ª Série do ensino fundamental regular – 2001

Unidade geográfica	Estágio				
	Muito crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	12,5	39,8	40,9	6,8	0,01

Fonte: MEC/Daeb.

Nota: *Muito crítico:* Não conseguem transpor para uma linguagem matemática específica, comandos operacionais elementares compatíveis com a 4ª série. (Não identificam uma operação de soma ou subtração envolvida no problema ou não sabem o significado geométrico de figuras simples). Os alunos neste estágio não alcançaram o nível 1 da escala do Saeb.

Crítico: Desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas aquém das exigidas para a 4ª série. (Identificam uma operação envolvida no problema e nomeiam figuras geométricas planas mais conhecidas). Os alunos neste estágio alcançaram os níveis 1 ou 2 da escala do Saeb.

Intermediário: Desenvolvem algumas habilidades de interpretação de problemas, porém insuficientes ao esperado para da 4ª série. (Identificam, sem precisão, até duas operações e alguns elementos geométricos envolvidos no problema). Os alunos neste estágio alcançaram os níveis 3 ou 4 da escala do Saeb.

Adequado: Interpretam e sabem resolver problemas de forma competente. Apresentam as habilidades compatíveis com a 4ª série. (Reconhecem e resolvem operações com números racionais, de soma, subtração, multiplicação e divisão, bem como elementos e características próprias das figuras geométricas planas). Os alunos neste estágio alcançaram os níveis 5 ou 6 da escala do Saeb.

Avançado: São alunos maduros. Apresentam habilidades de interpretação de problemas num nível superior ao exigido para a 4ª série. (Reconhecem, resolvem e sabem transpor para situações novas, todas as operações com números racionais envolvidas num problema, bem como elementos e características das figuras geométricas planas). Os alunos neste estágio alcançaram o nível 7 da escala do Saeb.

6. Escolaridade média da população

O balanço da situação educacional do Brasil revela que ainda existe uma disfunção entre a expansão do sistema e a qualidade da educação ofertada. Mesmo com as conquistas na universalização da oferta, melhoria no fluxo escolar, aumento no número de concluintes e elevação no nível de escolaridade, os ganhos cognitivos ainda são insuficientes. O sistema educacional deve ter como meta a promoção do aumento dos níveis de escolarização da sua população, capacitando-a para atuar de forma crítica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida.

Apesar da constatação de que o processo educacional brasileiro ainda requer avanços, na década de 90, a escolaridade média do brasileiro passou de 4,9 séries concluídas, em 1992, para 6,1, em 2001, o que não corresponde ao ensino fundamental completo, que é de 8 anos de estudo.

A exigência do mercado de trabalho mostra que aqueles que possuem uma ocupação apresentam escolaridade um pouco mais elevada que a média nacional, ou seja, 6,7 anos de estudo. O nível de escolarização média da mulher superou o do homem, chegando a 6,2 anos em 2001 e entre as mulheres ocupadas, a exigência da escolaridade fez com que atingissem a média de 7,3 anos, superando os homens em um ano de estudo.

Tabela 17 – Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupada, por sexo – Brasil – 1992-2001

Ano	Média de anos de estudo					
	Total			Ocupada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	4,9	4,8	4,9	5,3	5,1	5,7
1999	5,8	5,6	5,9	6,3	5,9	6,8
2001	6,1	5,9	6,2	6,7	6,3	7,3

Fonte: IBGE – Prad 1992, 1999 e 2001.
Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

As desigualdades raciais ficam reveladas, de forma perversa, com a escolaridade média da população branca atingindo sete anos de estudo e a da preta e parda não ultrapassando cinco anos.

Tabela 18 – Anos médios de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça – Brasil – 1992-2001

Ano	Média de anos de estudo			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
1992	4,9	5,8	3,4	3,7
1999	5,8	6,7	4,5	4,6
2001	6,1	7,0	5,0	5,0

Fonte: IBGE – Prad 1992, 1999 e 2001.
Nota: Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Mas o fator mais discriminatório da escolaridade encontra-se associado à pobreza, indicando que a baixa renda familiar é quase incompatível com a educação formal. Ao se associar o rendimento médio da população com a raça, evidencia-se ainda mais essa questão. Entre a população ocupada, a escolaridade média entre pretos e pardos não alcança seis anos de estudo e possibilita um rendimento médio mensal em torno de dois salários mínimos. Vale ressaltar que essa é uma parcela privilegiada de uma sociedade com elevados índices de desemprego. Entre a população branca ocupada, o índice médio de escolaridade é de oito anos (que equivale à escolaridade mínima obrigatória) e o rendimento médio mensal de 4,5 salários mínimos. Outro dado ressaltado pela Tabela 19 é que, não obstante o aumento no número de anos médios de estudo entre 1999 e 2001, houve uma queda nos rendimentos para todos os grupos, o que mostra que aumento na escolaridade não se reflete naturalmente em melhor remuneração.

Tabela 19 – População ocupada, por cor ou raça, com indicação dos anos médios de estudos e do rendimento médio em salário mínimo – Brasil – 1992-2001

Ano	População ocupada, por cor ou raça					
	Branca		Preta		Parda	
	Anos médios de estudos	Rendimento médio em salário mínimo	Anos médios de estudos	Rendimento médio em salário mínimo	Anos médios de estudos	Rendimento médio em salário mínimo
1992	6,7	4,0	4,0	1,9	4,4	2,0
1999	7,6	5,3	5,2	2,4	5,2	2,5
2001	8,0	4,5	5,7	2,2	5,6	2,2

Fonte: IBGE – Prod 1992, 1999 e 2001.
 Nota: Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Diante dessa constatação, e enquanto não ocorrem mudanças estruturais na economia, realça-se a importância da adoção de políticas públicas compensatórias como os programas Bolsa Escola e Merenda Escolar, entre outros, que favorecem a permanência dos alunos na escola.

7. Financiamento da educação

A Constituição Federal de 1988 consolidou também o sistema de vinculação para a educação de uma parcela da receita de impostos. Assim é que, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos da União e 25% dos Estados e municípios deve ser destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino. Essa política de vinculação remonta à Constituição Federal de 1934, com exceção dos períodos ditatoriais (1937-1945 e 1967-1983). Apesar do grande impulso que ela representou em assegurar uma fonte estável de recursos para o financiamento da educação, sua capacidade atual de assegurar recursos para os novos desafios educacionais que apresentaremos a seguir está comprometida. Esse fato decorre do pequeno crescimento econômico dos últimos anos e de uma política tributária que foi esvaziando a participação dos impostos na composição da carga fiscal do País. Um exemplo desse fato é que, enquanto a receita de tributos e contribuições, de 1995 a 2002, teve um incremento de 187%, a despesa do MEC cresceu apenas 84%. A Tabela 20 mostra um resultado comparativo entre diferentes países.

Tabela 20 – Gasto público com educação – 1999

Gasto público 1998/1999		Gasto/Aluno	
Ajustado para R\$ pela PPP	(%) do PIB	Fundamental	Superior
Austrália	5,0	4.178	10.084
Japão	3,5	4.506	8.839
México	4,4	943	4.119
Coréia do Sul	4,1	2.441	4.606
Portugal	5,7	2.991	4.130
Estados Unidos	5,2	5.661	16.529
Média OCDE	5,2	3.637	9.823
Argentina	4,5	1.401	4.821
Brasil	4,3	691	9.756
Chile	4,2	1.463	5.943
Paraguai	4,8	754	4.700

Fonte: *Education at a Glance 2002*, OECD. Dados de gasto foram ajustados ao Real de 1999, pelo índice de paridade do poder de compra (PPP), no caso, 1US\$=R\$ 0,86, cálculo pelo Banco Mundial.

Os dados mostram que, com exceção do Japão, os gastos públicos nos países desenvolvidos estão na faixa de 5% a 6% do PIB, enquanto que nos países em desenvolvimento eles se situam entre 4% e 5% do PIB.

Muito embora os gastos do Brasil com educação em relação ao PIB não destoem daqueles praticados pelos demais países listados, tendo em vista o baixo valor do seu PIB per capita, os gastos/aluno no ensino fundamental são os menores da tabela. Já no ensino superior os valores de gasto/aluno são maiores porque o sistema público de educação superior embora consuma apenas 21% do total recursos gastos com educação, atende uma clientela bem menor do que aquela que frequenta a educação básica. Esse fato garante uma qualidade diferenciada e explica porque se concentram nas universidades públicas a maior parte da produção científica do País e dos cursos de mestrado e doutorado, ou ainda porque a relação candidatos/vaga nos cursos de graduação, em 1999, foi de 8,3 na rede pública de ensino superior contra uma razão de 2,3 no setor privado.

Uma importante mudança no sistema de financiamento da educação do País aconteceu com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1998. Por meio dele, pelo menos 60% dos recursos vinculados à educação devem ser aplicados no ensino fundamental. A implantação desse fundo teve um efeito equalizador nos

Estados ao conseguir reduzir as discrepâncias que existiam no padrão de atendimento entre as redes de ensino estadual e municipal. Contudo, essa subvinculação acabou provocando um desestímulo nos investimentos em educação infantil e ensino médio, setores em que existe uma grande demanda não atendida no País. Finalmente, a implantação desse fundo não conseguiu, de fato, melhorar as condições de remuneração do magistério nem reduzir as disparidades entre as diferentes regiões do País. Na Tabela 21 constata-se que os professores, comparados com um grande rol de profissões, são aqueles com menores salários, ou ainda que, apesar do Fundef, um professor do Nordeste ganha menos da metade do que recebe seu colega do Sudeste.

Tabela 21 – Rendimento médio mensal e número de profissionais por tipo de profissão segundo regiões geográficas e Brasil – 2001

(Em R\$ 1,00)

Tipos de profissionais	Número de profissionais no Brasil	Rendimento médio por regiões geográficas ⁽¹⁾					
		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Professor da educação infantil	201.232	423	389	233	522	436	750
Professor de 1ª a 4ª série	881.623	462	443	293	599	553	567
Professor da 5ª a 8ª série	521.268	600	601	373	793	634	594
Funções adm. de nível superior em educação	139.575	849	753	550	1.093	738	835
Professor de nível médio	348.831	866	826	628	979	804	872
Suboficial das Forças Armadas	517.038	869	818	724	986	747	911
Professor-pesquisador no ensino superior	6.448	899	215	1.150	947	713	875
Agente administrativo público	316.761	912	661	679	1.072	926	1.103
Administrador de empresas	502.895	1.203	987	775	1.411	1.058	1.124
Técnico de nível superior – público	421.318	1.311	1.054	794	1.587	1.308	1.877
Polícia Civil	72.743	1.511	1.344	1.320	1.458	1.488	2.087
Oficial das Forças Armadas	89.387	2.092	2.129	1.674	2.251	1.950	2.321
Economista	44.772	2.255	1.701	2.009	2.227	1.641	3.593
Auditor	68.870	2.408	3.513	1.585	2.588	1.986	3.134
Advogado	271.241	2.497	3.894	2.245	2.431	2.597	2.768
Professor de nível superior	136.977	2.565	1.800	2.252	3.087	2.123	2.190
Delegado/Perito	13.973	2.661	2.754	1.347	2.651	3.714	5.970
Médico	257.414	2.973	4.430	2.577	2.802	3.260	4.111
Juiz	10.036	8.321	5.905	8.039	9.018	9.750	7.331

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – 2001.
Nota: (1) Valor em R\$ de setembro de 2001.

A grande expectativa no que se refere à garantia de recursos suficientes para uma educação de qualidade é o cumprimento do dispositivo presente no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabelece uma ampliação dos gastos públicos no setor até atingir o patamar de 7% do PIB.

8. Desafios para uma educação de qualidade

Diante do diagnóstico sobre o quadro educacional brasileiro, os poderes públicos federal, estaduais e municipais têm o enorme desafio de cumprir os compromissos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), os quais transcendem as atuais administrações, visto que vão até o ano de 2011. Ao PNE juntam-se, ainda, objetivos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) nos quais se enquadram as metas educacionais do Ministério da Educação. Todos esses compromissos estão listados abaixo e demonstram a dimensão dos desafios que o Brasil tem pela frente nesses próximos anos e deixam claro que, sem o aporte adicional de recursos, eles dificilmente serão atingidos.

8.1. Metas de maior impacto do Plano Nacional de Educação (a contar de 2001)

Educação infantil

- Assegurar o atendimento a 30% das crianças de até 3 anos de idade em 5 anos;
- Assegurar o atendimento a 50% das crianças de até 3 anos de idade em 10 anos;

- Assegurar o atendimento a 60% das crianças de 4 a 6 anos de idade em 5 anos;
- Assegurar o atendimento a 80% das crianças de 4 a 6 anos de idade, com 100% de atendimento na idade de 6 anos, em 10 anos;
- Assegurar escolas com padrões mínimos de infra-estrutura, em 5 anos;
- Assegurar, no mínimo, a formação em nível de ensino médio (normal) dos professores da educação básica, em 5 anos;
- Assegurar, no mínimo, a formação em nível superior dos professores da educação básica, em 10 anos;
- Instalar, em 100% dos municípios, estrutura de supervisão de educação infantil, em 3 anos;
- Assegurar a alimentação escolar para todas as crianças matriculadas em educação infantil;
- Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral (não define prazo).

Ensino fundamental

- Ampliar a duração do ensino fundamental para 9 anos, com início aos 6 anos de idade;
- Assegurar escolas com padrões mínimos de infra-estrutura, em 5 anos;
- Assegurar o Programa de Garantia de Renda Mínima para famílias carentes (não define %);
- Oferecer escolas com 2 turnos diurnos e 1 noturno;
- Ampliar progressivamente a jornada escolar para, pelo menos, 7 horas/dia;
- Promover a eliminação gradual da necessidade de oferta do ensino noturno.

Ensino médio

- Atendimento a 50% da demanda (população de 15 a 17 anos) em 5 anos;
- Atendimento a 100% da demanda (população de 15 a 17 anos) em 10 anos;
- Assegurar a formação superior para todos os professores, em 5 anos;
- Assegurar escolas com padrões mínimos de infra-estrutura, em 5 anos;
- Assegurar programa emergencial para a formação de professores, especialmente nas áreas de Ciências e Matemática.

Educação superior

- Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

- Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.

Educação de jovens e adultos (EJA)

- Erradicar o analfabetismo adulto, em 10 anos;
- Assegurar a oferta de EJA de 1ª a 4ª série do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos ou mais que não a possui, em 5 anos;
- Assegurar a oferta de EJA de 5ª a 8ª série do ensino fundamental para 100% da população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série, em 10 anos;
- Dobrar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em 5 anos;
- Quadruplicar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em 10 anos;
- Implantar em todas unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de ensino fundamental e ensino médio, assim como formação profissionalizante.

Educação especial

- Assegurar o atendimento de todos os alunos com necessidades especiais no ensino fundamental, em 10 anos;
- Assegurar escolas adaptadas e com padrões mínimos de infra-estrutura, em 5 anos;
- Aumentar os recursos financeiros destinados à educação especial, de forma a atingir 5% dos recursos vinculados à educação, em 10 anos.

8.2. Programas do Ministério da Educação estabelecidos no Plano Plurianual 2004-2007

1. Programa: Brasil alfabetizado

Objetivo: Criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens e adultos.

- Apoio à distribuição de material didático para alfabetização;
- Apoio à distribuição de merenda escolar aos alfabetizando jovens e adultos;

- Apoio ao transporte escolar para alfabetizando jovens e adultos;
- Capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos;
- Concessão de bolsa ao alfabetizador;
- Distribuição de obras literárias com linguagem própria para recém-alfabetizados;
- Fornecimento de óculos para alunos portadores de deficiência visual;
- Serviço de bibliotecas itinerantes;
- Universidade na alfabetização.

2. Programa: Brasil escolarizado

Objetivo: Garantir, com melhoria de qualidade, o acesso e a permanência de todas crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica.

- Apoio à alimentação escolar na educação básica;
- Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos;
- Apoio à difusão de metodologias inovadoras de professores do ensino médio;
- Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos;
- Apoio à distribuição de material didático para a promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental;
- Apoio à educação ambiental nas escolas públicas de educação básica;
- Apoio à educação fundamental no campo;
- Apoio à educação para a ciência no ensino médio;
- Apoio à Educação Profissional com elevação de escolaridade;
- Apoio a grupos socialmente desfavorecidos para acesso à universidade;
- Apoio à melhoria da qualidade do ensino médio noturno;
- Apoio a projetos de cursos voltados para a diversidade social e cultural;
- Apoio a projetos especiais para oferta de ensino fundamental a jovens e adultos;
- Apoio ao combate à evasão escolar;
- Apoio ao desenvolvimento da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio;
- Apoio ao desenvolvimento de atividades educativas complementares nos municípios;
- Apoio ao ensino médio de jovens e adultos trabalhadores;
- Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental;
- Aquisição de vagas na rede particular de ensino fundamental;
- Avaliação Internacional de Alunos (Pisa);

- Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb);
- Avaliação Nacional das Condições da Educação Básica (Aceb);
- Avaliação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Aneja);
- Censo Escolar da Educação Básica;
- Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);
- Concessão de Bolsa Escola para o ensino fundamental;
- Correção do fluxo escolar;
- Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental e ensino médio;
- Disseminação de conhecimento sobre educação especial;
- Distribuição de livro didático para o ensino fundamental e ensino médio;
- Distribuição de material didático para a educação especial;
- Distribuição de material especializado e de livros e textos no sistema Braille;
- Distribuição de uniformes escolares para alunos do ensino fundamental;
- Expansão e melhoria da rede escolar (Promed);
- Fortalecimento da Escola – Fundescola II e III;
- Funcionamento do ensino fundamental e ensino médio na rede federal;
- Funcionamento do Instituto Benjamin Constant e do Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- Garantia das condições de aprendizagem com atendimento integral;
- Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (Promed);
- Poupança-Escola para alunos carentes do ensino fundamental/médio que progredirem nas séries/ciclos sem reprovação/interrupção;
- Produção e distribuição de periódicos para a educação infantil;
- Promoção da educação especial como fator de inclusão escolar;
- Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica;
- Resgate da cidadania da criança e do adolescente em situação de risco;
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

3. Programa: Democratizando o acesso à educação profissional, tecnológica e universitária

Objetivo: Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

- Ampliação da oportunidade de qualificação profissional, inclusive através da educação a distância;
- Apoio à implantação de educação profissional de nível básico em escolas agrícolas;
- Apoio às instituições de educação profissional do campo;
- Assistência ao educando da educação profissional;
- Censo da educação profissional;
- Concessão de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no exterior;
- Concessão de crédito educativo a estudantes carentes;
- Concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não-gratuito;
- Cursos de extensão de nível técnico e tecnológico;
- Desenvolvimento e implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional (Proep);
- Educação especial na educação profissional e no ensino superior;
- Educação profissional ao alcance de todos, abrindo as escolas nos finais de semana para cursos de educação profissional de nível básico e demais atividades relativas aos processos educativos, formativos, culturais e de lazer;
- Educação, tecnologia e profissionalização para pessoas com necessidades especiais;
- Fomento ao desenvolvimento da educação profissional;
- Implantação de escolas técnicas federais em Porto Velho e Ponta Porá;
- Implantação de centros escolares de educação profissional;
- Implementação da expansão da Educação Profissional (Proep);
- Profissionalização da pessoa surda;
- Reconhecimento da educação profissional de nível técnico e tecnológico nas instituições públicas e privadas;
- Aquisição de veículos para o transporte escolar para as instituições federais de educação profissional.

4. Programa: Educação na primeira infância

Objetivo: Ampliar o atendimento à educação infantil de crianças até 3 anos de idade.

- Apoio à capacitação profissional nas instituições de educação infantil para crianças de até 3 anos de idade;
- Apoio à distribuição de material didático para creche;
- Apoio a projetos municipais para a educação de crianças de até 3 anos de idade.

5. Programa: Escola básica ideal

Objetivo: Oferecer atendimento integral e de qualidade em escolas de educação básica modelares e de referência.

- Apoio à ampliação da jornada escolar no ensino fundamental e no ensino médio;
- Apoio à implantação de projetos juvenis no ensino médio;
- Apoio à implantação do 4º ano vocacional no ensino médio;
- Apoio à implementação da escola básica ideal;
- Apoio à reestruturação da rede pública de ensino para escola básica ideal;
- Apoio ao transporte escolar no ensino médio;
- Concessão de bolsa de estudos no ensino médio.

6. Programa: Gestão da política de educação

Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

- Acompanhamento do Plano Nacional de Educação;
- Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação;
- Certificação Nacional de Competência do Trabalhador;
- Controle e inspeção de arrecadação do salário-educação e sua regular aplicação;
- Cooperação internacional com países em desenvolvimento;
- Desenvolvimento de modelos de gestão escolar para a educação profissional (Proep);
- Desenvolvimento de parâmetros curriculares nacionais do nível tecnológico (Proep);
- Estudos e pesquisas para a implantação das políticas para o ensino médio (Promed);
- Estudos e pesquisas socioeducativas;
- Estudos, pesquisas, estatísticas e avaliações educacionais;
- Formulação de políticas para educação nacional;
- Fortalecimento da política nacional para formação de professor do ensino fundamental;
- Fórum Brasil de Educação;
- Gerenciamento das políticas de educação a distância, educação especial, erradicação do analfabetismo, inclusão educacional, ensino fundamental, ensino médio e tecnológico, ensino superior;
- Gestão democrática das instituições da rede federal de educação profissional;

- Implantação do centro de memória e informação do Conselho Nacional de Educação;
- Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional (Proed);
- Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional (Proed);
- Integração das fundações de apoio às instituições federais de educação superior e hospitais de ensino;
- Plano estratégico do setor educacional do Mercosul.

7. Programa: Democratização da gestão nos sistemas de ensino

Objetivo: Promover e fortalecer a gestão democrática nos Estados e municípios, assegurando a implementação de forma contínua e eficaz das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino com a adoção de novos mecanismos de participação e controle social.

- Apoio à capacitação de profissionais atuantes nas instituições de educação infantil;
- Apoio à capacitação dos trabalhadores atuantes no ensino fundamental de jovens e adultos;
- Apoio à capacitação dos trabalhadores estaduais atuantes no ensino médio;
- Apoio à capacitação permanente dos trabalhadores estaduais e municipais de ensino fundamental;
- Apoio à educação fiscal nos Estados e municípios;
- Apoio à melhoria e democratização da gestão escolar das escolas de ensino médio;
- Apoio à organização de sistemas estaduais de avaliação do ensino fundamental;
- Capacitação de gestores para o monitoramento de programas e projetos educacionais;
- Capacitação para o exercício do controle social;
- Fortalecimento da capacidade tecnológica de municípios beneficiados por programas de inclusão educacional.

8. Programa: Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação

Objetivo: Oferecer oportunidades de capacitação e formação continuada aos professores, associados a planos de carreira, cargos e salários e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

- Apoio à capacitação de educadores para promoção de uma cultura de paz nas escolas de ensino fundamental;
- Apoio à capacitação de professores da educação infantil;

- Apoio à capacitação de professores de jovens e adultos;
- Apoio à capacitação de professores do ensino fundamental;
- Apoio à capacitação de professores do ensino médio;
- Apoio à capacitação de professores e profissionais para educação especial;
- Apoio à capacitação de recursos humanos no ensino médio (Promed);
- Apoio à especialização pedagógica de professores do ensino médio;
- Capacitação de docentes da educação profissional;
- Capacitação de profissionais para a área de surdez;
- Capacitação de recursos humanos para a educação a distância e para o Programa TV Escola;
- Capacitação de recursos humanos para a educação profissional (Proep/FAT);
- Capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologia na educação pública;
- Capacitação dos profissionais da educação profissional (Proep);
- Certificação de professores da educação infantil e fundamental;
- Concessão de bolsa de incentivo à formação inicial e continuada de professores da educação infantil e fundamental;
- Fomento à pesquisa e desenvolvimento da educação infantil;
- Fomento à pesquisa e desenvolvimento do ensino fundamental;
- Formação em serviço e certificação em nível médio de professores leigos;
- Qualificação de docentes em nível de pós-graduação.

9. Programa: Universidade do século 21

Objetivo: Reformar o ensino superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, disseminando o conhecimento e promovendo condições para o desenvolvimento sustentável do País, com vistas às transformações sociais pelas quais deve passar, necessariamente, nos próximos anos.

- Acesso à informação científica e tecnológica;
- Apoio aos estudantes (PAE);
- Assistência ao educando do ensino de graduação;
- Assistência hospitalar e ambulatorial à população;
- Avaliação de cursos de ensino superior;
- Avaliação de instituições de ensino superior;
- Avaliação dos cursos de graduação e de instituições públicas e privadas de ensino superior;

- Avaliação e acompanhamento de programas de pós-graduação e de fomento;
- Avaliação e credenciamento de cursos e de instituições para residência médica;
- Censo do ensino superior;
- Complementação para o funcionamento das entidades de ensino superior federais;
- Complementação para o funcionamento dos hospitais de ensino federais;
- Cooperação internacional em áreas estratégicas de pós-graduação e pesquisa;
- Estimulo à cooperação internacional para o desenvolvimento da educação superior;
- Financiamentos a projetos na área da educação;
- Fomento à pós-graduação;
- Fomento a projetos de referência para a cidadania e direitos humanos em educação superior;
- Fomento a projetos especiais para o ensino de pós-graduação da ciência e da tecnologia;
- Funcionamento da residência médica;
- Funcionamento dos cursos de graduação;
- Funcionamento de cursos de pós-graduação;
- Implantação da Universidade Federal Milton Santos;
- Serviços à comunidade por meio da extensão universitária;
- Treinamento especial para alunos de graduação de entidades de ensino superior (PET);
- Universidade aberta e a distância.

10. Programa: Escola moderna

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, por meio da oferta de práticas pedagógicas modernas, materiais didáticos atualizados, inovação tecnológica e infra-estrutura física e instrumental necessários à aprendizagem.

- Acervo bibliográfico destinado às instituições federais de ensino superior e hospitais de ensino;
- Acervo bibliográfico para as instituições da rede federal de educação profissional;
- Apoio à adequação de prédios escolares para educação especial;
- Apoio à reestruturação da rede pública de ensino médio;
- Apoio à reestruturação de estabelecimentos públicos de educação infantil;
- Aquisição de equipamentos para a rede federal de educação profissional agrícola;
- Difusão do conhecimento por meio de livros, revistas, vídeo e multimídia;
- Distribuição de acervos bibliográficos e de multimídia para escolas do ensino médio;
- Distribuição de acervos bibliográficos e de multimídia para o ensino fundamental;
- Distribuição de equipamentos para educação especial;

- Distribuição de material impresso de apoio à educação a distância e ao uso de novas tecnologias na educação;
- Distribuição de programas de Rádio-Escola;
- Equipamentos para TV-Escola;
- Expansão e modernização da transmissão do sinal do TV-Escola;
- Instrumental para o ensino e pesquisa destinado a instituições federais de ensino superior e hospitais de ensino;
- Instrumental para ensino e pesquisa para as instituições da rede federal de educação profissional;
- Integração e expansão do uso de tecnologia da informação e comunicação na educação pública;
- Modernização e consolidação de infra-estrutura acadêmica das instituições federais de ensino superior e de seus hospitais de ensino;
- Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino;
- Modernização e recuperação de infra-estrutura física de instituições federais de educação profissional;
- Produção e veiculação de programas e de cursos de capacitação continuada pelo canal TV-Escola.

Referências*

BRASIL. Ministério da Educação. www.mec.gov.br

CARACTERIZAÇÃO física das escolas. Brasília: Inep, 1999.

PISA 2000: relatório nacional. Brasília: Inep, 2001.

QUALIDADE da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental. Brasília: Inep, 2003.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. Sincronismo idade/série: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro. Brasília: Inep, 2002. (Série Documental. Relatos de Pesquisa. Texto para Discussão, n. 11).

*Todas as publicações mencionadas neste trabalho podem ser obtidas no endereço: www.inep.gov.br